

Jornal da tarde  
**A Constituinte**

# Sarney à procura de sua bancada

## BLOCO I

### A esquerda prepara seus novos atos

O grupo de novos parlamentares do PMDB, que lutou pela Constituinte exclusiva e pretende agora assegurar a predominância de seus trabalhos sobre o da Câmara e do Senado já congrega mais de 40 membros, segundo um de seus líderes, Antônio Brito (RS). Para ele, a ação do grupo vai-se desdobrar em todas as grandes questões a serem debatidas pela Assembleia. O líder do PDS, Amaral Neto, considerou porém que a Constituinte exclusiva foi uma tentativa de golpe branco da ala esquerda do PMDB, que poderá ter como consequência a radicalização do debate ideológico, em prejuízo dos trabalhos da Constituinte.

Já o deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB, refutou a tese de seu colega, e quanto ao radicalismo dos novos lembrou que no início de cada legislatura sempre surge um grupo de parlamentares mais exaltados. Encarando o fenômeno com naturalidade disse que classificar tal movimento como golpe branco na Constituinte é ridículo.

O líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, lamentou a possibilidade de radicalização ideológica, que acha possível, e ponderou que "se a Constituinte se sentir no direito de, alegando ser soberana, começar a fazer as reformas que lhe aprouver, aí sim estará caracterizado um interesse golpista".

Mas para o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) o consultor-geral da República, Saulo Ramos, é quem tem interesse de golpear a Constituinte, ao destacar que o poder Executivo pode legislar por decretos-leis, com base nos artigos 52, 53 e 54 da Constituição em vigor. "Esse procedimento não deveria ser destacado quando o País elege uma Assembleia Constituinte para se livrar dos resquícios do autoritarismo".

O deputado Fernando Santana (PCB-BA) desaprovou a criação de grupos de pressão dentro da Constituinte, o que classificou como "estupidez", enquanto um dos

Para o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) há realmente um grupo que deseja limitar e enfraquecer a Constituinte, mas ele não o identifica com o PMDB, e sim com o PFL e com o Palácio do Planalto. O PFL, em sua opinião, é integrado pelos romanescentes políticos que apoiaram o autoritarismo militar, e por interesse fisiológico passaram-se para o PMDB a fim de continuar a desfrutar as benesses do governo. Bonifácio acha que o PFL deseja manter o que for possível da legislação autoritária anterior. E lembrou que em alguns aspectos a Nova República está pior do que a anterior. "Pelo menos antigamente os tecnocratas tinham medo de Golbery e dos generais-presidentes, mas hoje eles estão mandando no País".

Heráclito Fortes, peemedebista do Piauí e antigo confidente de Tancredo Neves, mostrou-se preocupado com a perspectiva de radicalização ideológica na Constituinte. E afirmou que está havendo no País "excessivo patulamento ideológico". De qualquer forma, acha que com mais de 60% de renovação ainda não é possível se ter uma idéia das características ideológicas da Constituinte, pois a tendência dos novos parlamentares é pouco conhecida.

Integrantes do grupo dos novos, o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), afirmava que graças à tese da Constituinte exclusiva pôde ser remetido para o plenário da Constituinte a decisão sobre o funcionamento da Câmara e Senado, ambas devendo se reunir apenas em casos extraordinários e tendo limitadas suas iniciativas.

O grupo dos novos, agora, deverá cuidar de manter suas conquistas e ampliar as adesões, a princípio no PMDB, passando depois para as outras legendas, acrescentou Sigmaringa Selix (PMDB-DF). Ele observou que "como golpe deve ser interpretado o próprio ato de convocação da Constituinte, que não a determinou exclusiva desde o início".

Jorge Hage também está convencido de que a demora na aprovação das normas provisórias da Constituinte esconde uma manobra destinada a assegurar espaço suficiente para os trabalhos da Câmara e do Senado, cujas Mesas pretendem ver as duas Casas funcionando normalmente. Segundo ele, a discussão da matéria acabará adiando a aprovação do regimento definitivo, que deverá dispor que a Constituinte ocupará mais tempo do que os trabalhos da Câmara e do Senado. Por esse motivo, ele pediu mais pressa na tramitação da matéria, mas sem sucesso.



Fernando Henrique: experiência frustrada.

O presidente Sarney está preocupado com a posição incômoda a que foi jogado desde o malogro do pacto social. É quer reagir. "Ele quer saber agora com quem pode contar no Congresso", revelou ontem um de seus mais próximos assessores, que reconhece não haver apoio incondicional ao presidente nem mesmo nas lideranças de seu partido. Para reverter essa situação, Sarney quer um líder seu na Constituinte e já estaria planejando um amplo movimento político de integração — uma união nacional. A idéia seria ouvir sugestões de pessoas das mais variadas tendências e procedências partidárias — e seria acionada logo em março.

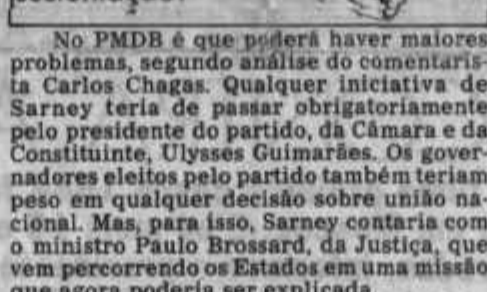
Até lá, os governadores eleitos já estarão empossados, a Assembleia Nacional Constituinte estará mais assentada — e, então, seria o momento de Sarney fazer um apelo pessoal a todos que se dispõem a colaborar com seu governo para superar os impasses. O apelo de Sarney seria ambicioso: a partir dos políticos, ele pretenderia chegar a se reunir com ex-ministros da Velha República — entre eles, Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen e Roberto Campos. Mas eles só fariam sugestões, críticas e dariam eventuais conselhos; não seriam designados para nenhuma função oficial.

Apesar de a idéia ainda não passar de cogitação, já vem recebendo apoio. O deputado Antônio Salim Curriati (PDS-SP) sugeriu ontem que a convocação de um "grande conselho" seria a única forma de Sarney resolver os graves problemas da área econômica. Além dos ex-ministros citados, Curriati incluiu os atuais Dilson Funaro e Celso Furtado, com a certeza de que nesse conselho estariam representadas todas as tendências e ideologias da economia. "Só assim Sarney poderia encontrar o caminho adequado para tirar o Brasil do caos econômico em que se encontra".

### Com políticos

A base do plano de Sarney, contudo, seria no campo político. Ele convocaria os parlamentares para um amplo debate e, através dele, teria acesso à sociedade civil. No PDS, ele poderia contar com o senador Jarbas Passarinho; no PTB, com alguns políticos, com ou sem a influência de Jânio Quadros. Nos pequenos partidos, o PL parece ser o mais propenso às conversações, mas haveria dificuldades em quebrar a resistência do PDT e do PT.

Para enfrentar os grupos mais à esquerda e suas teses, Sarney quer em primeiro lugar um líder. E um movimento de união nacional que lhe dê sustentação.



No PMDB é que poderá haver maiores problemas, segundo análise do comentarista Carlos Chagas. Qualquer iniciativa de Sarney teria de passar obrigatoriamente pelo presidente do partido, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Os governadores eleitos pelo partido também teriam peso em qualquer decisão sobre união nacional. Mas, para isso, Sarney contaria com o ministro Paulo Brossard, da Justiça, que vem percorrendo os Estados em uma missão que agora poderia ser explicada.

Na tentativa de Sarney de se recuperar e, de alguma forma, conseguir ter voz ativa nas decisões da Constituinte, está incluída ainda a tese de indicação de um líder do governo e da Aliança Democrática para atuar junto à Assembleia. Ainda não há nada decidido a respeito, mas o chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel, confirmou ontem que essa idéia pode prosperar.

### Sem Recaptividade

No PMDB, pelo menos, a idéia não foi recebida com muita cortesia. "Não há como explicar ou justificar um líder na Assembleia Nacional Constituinte se o governo já tem líderes na Câmara e no Senado", disse

cordou ontem o presidente do Senado, Humberto Lucena. Para justificar que não concordava com a idéia, Lucena lembrou que o senador Fernando Henrique Cardoso, quando exerceu uma função especial como representante do governo, escolhido então pelo próprio Tancredo Neves, ficou constrangido. "Ele não tinha condições de falar como líder, uma vez que essa figura não existe no regulamento do Congresso".

Essa experiência, na opinião de Marco Maciel, "não foi um passo muito nítido", já que não existe no organograma do Legislativo a figura do Congresso, mas das duas Casas. "Mas a Assembleia Constituinte tem uma configuração institucional, razão por que o presidente está amadurecendo a idéia de criar a figura do líder".

Apesar da fase ser de amadurecimento, Maciel já apresenta algumas ideias sobre as condições que deve ter esse líder, que, para ele, não deve ser de PMDB — em primeiro lugar. Além disso, deve ser um político muito bem articulado com o Executivo — ou seja, fiel ao presidente Sarney. Enfim, esse político, na opinião de Maciel, "deve possuir as virtudes necessárias para fazer convergir a si o sentimento da Aliança Democrática". "Seria de estranhar bastante se o presidente Sarney ficasse de fora e não quisesse uma pessoa assim defendendo seus interesses na Constituinte".

Será difícil convencer o PMDB dessa necessidade a que se refere Maciel. Mesmo porque, nenhum peemedebista que teve encontro recente com Sarney ouviu dele que estaria propenso a indicar um líder na Constituinte. "Só tive conhecimento disso pelos jornais", disse ontem o líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga. "O presidente nunca abordou o assunto comigo". E o próprio senador Humberto Lucena, presidente do Senado, que esteve ontem com o presidente, não ouviu dele uma só palavra sobre a possibilidade de o governo ter seu próprio líder no Congresso.

O senador José Richa (PMDB-PR) acha que a melhor solução seria a escolha do senador Mário Covas (PMDB-SP) para líder da maioria na Constituinte — "o que não se pode admitir a figura de um líder do governo". Os peemedebistas concordam que ainda vai haver muita discussão sobre o assunto. Lucena, que discorda da idéia, revelou que, se Sarney resolver levá-la adiante e o PMDB concordar, não terá outra saída a não ser aceitar o absurdo.

## BLOCO II

### Os moderados se organizam para reagir

— Deixem meu avô descansar em paz — reagiu ontem, meio preocupado, o deputado mineiro Aécio Neves Cunha (PMDB), ao ser informado da iniciativa da Liderança do PFL, de instituir na Assembleia Constituinte um bloco moderado de centro, sob a denominação de bloco Tancredo Neves.

O líder José Lourenço, recebido anteontem, à noite, pelo presidente Sarney, não negou que tivesse abordado a questão no Palácio do Planalto. O presidente é um moderado em si. Deve gostar da idéia — observou. E justificou o nome do bloco moderado: Tancredo Neves foi o símbolo da Conciliação, da moderação. Nada mais justo do que reverenciar sua memória.

Para o vice-líder do PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP) a proposta da liderança do PFL só merece aplausos. Ele acha que em todos os momentos da vida, principalmente na Assembleia Constituinte, ninguém pode encerrar. "Gosto e respeito quem mostra a cara para apanhar. Quem assume suas posições ideológicas deve ser respeitado" — disse ele.

Na opinião do deputado paulista Roberto Cardoso Alves, da direção nacional do PMDB, o bloco moderado é uma consequência inevitável dos debates da Constituinte. "É preciso organizar as bancadas afins", acentuou.

Lourenço acredita que o bloco Tancredo Neves terá a maioria absoluta da Assembleia Constituinte — pelo menos 300 parlamentares, na sua avaliação inicial. Ele não fica constrangido quando lhe dizem que será um grupo de centro-direita: se há o centro-esquerda, nada mais natural surgir o grupo de centro-direita. Mas no PFL já surgiram as primeiras reações. "Bloco de centro, tudo bem. De centro-direita, não. Não podemos aceitar, por exemplo, Delfim Netto, Amaral Neto, Bonifácio de Andrada, entre outros. Fui dissidente do PDS, optando pela frente liberal, por causa desse pessoal" — comentou o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), dos mais ligados ao ministro Marco Maciel.

Dois jovens deputados moderados do PMDB mineiro, Aécio Cunha e Roberto Brandt, não mostraram entusiasmo pela idéia do bloco moderado. Isso poderá enfraquecer os partidos e as lideranças. Prefiro lutar pelo fortalecimento dos partidos — disse Brandt, dos mais ligados ao governador Hélio Garcia. Acha, porém, que se o PMDB ficar ostensivamente dividido, o problema poderá ser reexaminado.

Aécio Neves Cunha foi logo dizendo que não apoia a ação dos chamados xilts do seu partido. Mas considera ainda cedo para opinar sobre o bloco moderado, acima das siglas.

Dois líderes do PDS — senador Jarbas Passarinho e deputado Konder Reis — acreditam que, de fato, haverá grupos interpartidários com atuação comum. Cada caso é um caso. Poderá até acontecer que nosso voto, em alguns assuntos, seja o mesmo do deputado Luiz Inácio Lula da Silva, do PT — disse ele, quando indagado sobre a possibilidade de o PDS acompanhar o PT e vice-versa.

Não foi muito diferente a opinião do deputado Afif Domingos (PL-SP). O deputado paulista admite que, no decorrer dos debates, deverão surgir, naturalmente, posições afins. Konder Reis lembrou que o regimento interno poderá proibir a formação de blocos, mas de fato eles deverão atuar em questões específicas. O líder do PTB, deputado Gastone Righi, mostrou-se cauteloso: "Esse bloco poderá diluir as lideranças partidárias. Vamos examinar com cuidado".

O bloco Tancredo Neves reuniria moderados do PMDB e parlamentares do PFL, do PDS, do PDC, do PTB e do PL. O PDC apoia — afirmou o líder Siqueira Campos. Na liderança do PMDB a iniciativa está causando preocupação. Ulysses Guimarães já telefonou ao líder José Lourenço, para conversar a respeito. Líderes do PMDB acham que a formação do bloco moderado provocará, de imediato, a formação de blocos de esquerda, de centro-esquerda, de extrema-esquerda. Disseram, também, que outra consequência seria a implosão da Aliança Democrática (PMDB-PFL) na Assembleia Constituinte.

## Grupos e blocos: embriões de novos partidos?

Por Leda Flora

Deputados do PMDB, do PDT, do PCB, do PT e do PC do B fazem as primeiras articulações para o surgimento de um grupo suprapartidário na Assembleia Nacional Constituinte em condições de se contrapor aos conservadores e, consequentemente, avançar nos campos social e econômico, enquanto o líder do PFL, deputado José Lourenço, prega a formação de um bloco moderado, também suprapartidário, para cumprir papel semelhante ao do outro, embora contra o sonho esquerdista. Até agora, são duas idéias que podem ou não ganhar força e organicidade na Assembleia e, como não se tornaram realidade, também não têm donos verdadeiros. Para políticos experientes, esses grupos são esperados e de alguma forma fazem parte dos primeiros momentos constituintes, embora não tenham futuro garantido. Para outros, no entanto, os grupos existindo informalmente e, findo o trabalho constituinte, poderão alterar o quadro partidário de forma quase natural.

A Assembleia Nacional Constituinte ainda não mergulhou no trabalho para qual foi convocada, a elaboração de uma nova Carta constitucional, mas já estão esboçadas tendências de comportamento que serão traduzidas em seus dispositivos. Em princípio, a perspectiva é a de batalhas entre grupos e partidos mais à direita e mais à esquerda, o que justifica a articulação para a formação de blocos, ainda sem organicidade. Contudo, é possível que, pelas proporções numéricas, as vozes rigorosamente radicais venham ter reflexos meramente retóricos e inconsequentes.

Pelo perfil dos 559 constituintes eleitos, seria fácil afirmar que a futura Constituição adotará um modelo liberal, sem forte conteúdo social, pois a maioria está do centro para a direita. Contudo, como está sendo esperada uma participação maior da sociedade, alguns movimentos fatalmente terão força e poderão conduzir a posições mais progressistas.

Um fato original que cerca a Assembleia, por exemplo, é a organização de lobbies nacionalistas que não desde a defesa da integridade do Banco do Brasil, à disposição do governo de alterar sua competência, até o das estatais, que defende a manutenção do controle do Estado sobre suas empresas e até mesmo a ampliação do setor. O lobby da grande empresa, nacional e multinacional, dos setores agrícola e dos bancos, já era uma realidade no Congresso e agora está apenas mais atento e organizado.

### Os líderes

Por enquanto, a Assembleia ainda não tem líderes, exceto seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, que ainda não explicitou se manterá uma posição de magistrado, em consonância com o cargo, ou se também cumprirá sua função constituinte. Mas não há dúvida de que exercerá sua liderança e, provavelmente, em alguns momentos, ficará dividido entre o programa do partido que preside, o PMDB, e as pretensões de um grande aliado de hoje, o presidente José Sarney.

O partido majoritário da Assembleia, o PMDB, ainda não tem um novo líder na Câmara porque a bancada é a mais dividida. Assim, qualquer que seja o eleito, terá dificuldades e, com certeza, não fará do partido um órgão unido. No Senado, como sempre ocorre, as coisas acontecem com mais tranquilidade e o líder Fernando Henrique Cardoso pisou na Assembleia com um discurso conciliador e de linha moderada. Bem diferente do que falou no passado e nos palanques da campanha de 1986.

A bancada do PFL na Câmara confirmou a permanência do deputado José Lourenço na liderança, oriundo do PDS e conhecido por suas posições conservadoras. Embora não seja um espelho fiel da bancada de 118 deputados, tem com ela grande afinidade, o que leva a crer num comportamento bem coeso dos liberais na Assembleia. Exceções existem como sempre e podem ser esperadas, por exemplo, da parte dos deputados Maria

de Lourdes Abadia (DF), Raquel Cândido (RO), Thomaz Nono (AL), e Alceni Guerra (PR).

No PDS estão os constituintes mais à direita, a começar pelo líder na Câmara, deputado Amaral Neto. No Senado, o líder e presidente do partido, Jarbas Passarinho, defende uma posição reformista que chega a incluir até a reforma agrária, desde que restrita aos latifúndios improdutivos. O PL e o PDC, pequenos e pouco influentes, ficam entre as duas linhas pedesristas. Já o PTB, sem definição ideológica, tende a seguir as regras do jogo dominante na Assembleia, isto é, da cúpula do PMDB.

Com os partidos de esquerda, a situação é bem mais clara. O PT, o PCB, e o PC do B deverão agir como sempre. O primeiro ouvirá suas bases, e os outros dois, os seus comandos. E as bancadas, sem maior poder de fogo numérico, atuarão em coro, sem dissidências.

### Os Blocos

A expectativa de alterações no quadro partidário é fato esperado até o final dos trabalhos constituintes, e talvez já tenha seus embriões nas articulações em torno de blocos suprapartidários. O líder do PFL, José Lourenço, fala do bloco moderado, enquanto vários deputados de diferentes partidos, mas de tendência esquerdista, defendem um outro, até agora sem proposta de nome.

Para a formação do bloco esquerdista, o PT saiu na frente, pois a bancada na Câmara resolveu que seus 16 deputados devem sair buscando contatos na Assembleia com vistas a uma atuação igual. No PDT, o deputado Lydaneos Maciel (RJ) garante que conta com 37 parlamentares que formarão o núcleo básico desse grupo, todos com convicção ideológica firme.

No PCB, o deputado Augusto Carvalho entende que as alianças constituirão o grande desafio da esquerda na Constituinte, e que poderão ser ampliadas ou não ao sabor das discussões. O deputado brasileiro acredita que o bloco poderá abrigar em alguns mo-

mentos até pedesristas, desde que esteja em jogo, por exemplo, a soberania nacional, e lembra que a CUT e a CGT também terão voz na Assembleia através de seus representantes.

Esse bloco esquerdista fala em organicidade, o que parece impossível ao senador Mário Covas (PMDB-SP), para quem o grande cimento da Assembleia serão os partidos. Covas admite blocos apenas na discussão e votação de questões mais delicadas, como o direito de greve e sua extensão e a escala móvel de salários, mas acredita que o PMDB ficará unido no essencial — colocar seu programa na Carta Constitucional onde ele couber: "O partido cumprirá a história do seu papel, isto é, o seu programa, e cumprirá também sua história de rua, o que pregou, o que pretende", adianta Covas.

O senador admite mudanças no quadro partidário, mas entende que a tendência será o crescimento do PMDB e não o afastamento de seus integrantes. Assevera que os eleitos pelo PMDB têm um compromisso tão claro com a legenda que não deverão trabalhar em grupos: "Se isso fosse lógico, a tese da representação autônoma teria prealecido na convocação da Constituinte. Ninguém chegou aqui avulso e a base de atuação será partidária".

Covas está convicto de que a Constituição de 87 ultrapassará a de 46, sob o argumento de que a sociedade exige algo além de mero liberalismo. Mas lembra que não há determinismo na direção progressista e, por isso mesmo, é preciso trabalho e atenção para que efetivamente isso venha a ocorrer.

### Uma outra visão

O presidente e líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, considera fatal a formação de blocos na assembleia, congregando constituintes de partidos bem diferentes com vistas a votações exatamente iguais. Para ele, isso acontecerá com toda a naturalidade.

Passada a Constituinte, e em decorrência das posições comuns, Passarinho entende que

estará praticamente formado um partido de centro democrático reunindo os autodenominados liberais do PFL e do PF, as forças do PDS com doutrina reformista, uma boa parte do PMDB e praticamente todo o PTB.

Na opinião de Passarinho, o grande debate na Assembleia ficará entre radicais e reformistas. Os radicais, afirma, o senador, vão querer a moralidade unilateral, contra Lenin e Fidel Castro, aliás, enquanto os outros brigam pelo rescalonamento da dívida e a redução das taxas de "spread". Na reforma agrária, os primeiros tentarão apropriar tudo, como primeiro passo para a coletivização, e os outros vão aceitar que apenas os latifúndios improdutivos sejam tocados.

Em alguns momentos, porém, Passarinho admite que moderados aceitem a nacionalização dos Bancos apenas porque representam setores empresariais irritados com as altas dos juros e com os custos financeiros da produção.

De toda forma, o senador pelo Pará é de opinião que o comando da constituinte, moderado, dará o tom aos trabalhos. Lembra que o deputado Ulysses Guimarães fazia um discurso ontem e hoje atua de maneira muito diferente, "num exemplo de praxe às avessas" apenas porque também acumulou a responsabilidade de participar das decisões governamentais além dos cargos formais que ocupa. Na mesma linha de Ulysses, conforme o senador, estariam o líder peemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o da Câmara, Pimenta da Veiga. Assim, afirma que o trio, mercedor de desconfiar em passado recente, já conta, inclusive, com respaldo das áreas militares.

Com ironia, Passarinho observa, depois de lembrar a "vocação francesa" de Ulysses, que o deputado de agora está muito mais próximo do ex-presidente Giscard D'Estaing, um conservador, do que de François Mitterrand, um socialista e, por tudo, é possível que venha a ser "um companheiro de viagem" seu na Assembleia Nacional Constituinte.